



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.546

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Abre crédito ao orçamento, celebra convênios, termos de cooperação, aditivos, repassa recursos.

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 06/02/2024

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 21/2024. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, para possibilitar a implementação da segregação da massa dos segurados do PREVMOC e equacionamento do Déficit Atuarial, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.655, de 23/02/2024).

**Controle Interno – Caixa:** 2.2

**Posição:** 15

**Número de folhas:** 10



Nº 08/2024

20.02.2024

# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 21/2024

lei nº 5655, de 23/02/2024

AUTOR:

Executivo Municipal.

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo a Abrir Crédito Adicional Especial  
ao Orçamento Vigente e dá Outras Providências.

## MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - Entrada dia - 06/02/2024
- 3 - Comissão Legislação e Justiça.
- 3 - Comissão de Finanças Orçamento de Contas
- 4 - APROVADO EM REGIME DE URGENCIA
- 5 - Em 20-02-2024
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024.



**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial, no orçamento corrente, conforme especificado abaixo:

<b>Órgão</b>	03 – Prevmoc			
<b>Unidade Orçamentária</b>	03.23 – Prevmoc			
<b>Subunidade Orçamentária</b>	03.23.01 – Previdência			
<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Código</b>	<b>Elemento</b>	<b>Valor</b>	<b>Fonte</b>
Fundo em Repartição	03.23.01-09.272.0078.2323	319001	39.000.000,00	1801
		319003	14.000.000,00	1801
		319091	500.000,00	1801
		319094	10.000,00	1801
		339047	27.000,00	1801
		339086	633.000,00	1801
		339091	100.000,00	1801
		339093	30.000,00	1801
<b>Total</b>			<b>54.300.000,00</b>	

**Art. 2º** – Como fonte para abertura dos créditos adicionais especiais que se refere o artigo anterior, utiliza-se como recurso a tendência de Excesso de Arrecadação, no Exercício de 2024, da fonte Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição - Plano Financeiro, de acordo com o inciso II, do §1º., e o §3º., ambos do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 3º** – Fica o Poder Executivo autorizado, se necessário, a suplementar a dotação especificada no artigo 1º, desta Lei.

**Art. 4º** – A abertura do crédito adicional especial, nos termos autorizados pela presente Lei, não será computada para o cálculo do limite estabelecido no inciso IV, art. 5º, da Lei n.º 5.629, de 15 de dezembro de 2023.

**Art. 5º** – Fica o Poder Executivo autorizado a incluir nos anexos da Lei 5.400, de 15 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o período de 2022/2025, e nos anexos da Lei n.º 5.570 de 23 de junho de 2023, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2024, a ação Fundo em Repartição, com seus respectivos valores.

**Art. 6º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 7º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros (MG), 05 de fevereiro de 2024.

Assinado digitalmente por HUMBERTO  
GUIMARAES SOUTO:06589235600  
Data: 2024.02.05 20:56:51-03'00'

**Humberto Guimarães Souto**  
***Prefeito de Montes Claros***

**Otávio Batista Rocha Machado**  
***Procurador-Geral***

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

6 JUSTIÇA

EM 06 DE FEVEREIRO DE 20 24

fu  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇ

MENTO TOMADA DE CONTAS

EM 06 DE FEVEREIRO DE 20 24

fu  
PRESIDENTE





**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 05 de fevereiro de 2024

Exmo. Sr.  
Vereador Martins Lima Filho  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros  
Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2024  
Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**.

O presente projeto de lei tem por objeto a concessão de autorização para que o Município de Montes Claros possa abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente, para possibilitar a implementação da segregação da massa dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social de Montes Claros, atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 117, de 13 de dezembro de 2023, o que será de grande relevância para o equacionamento do Déficit Atuarial do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC.

Ressalta-se que a implementação e manutenção da segregação de massa, bem como sua revisão, deverá observar os parâmetros definidos na Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467, de 02 de junho de 2022, a qual fixa, em seu artigo 60, que a segregação da massa deverá ser implementada em até 90 (noventa) dias da data da publicação da lei de sua instituição.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente por HUMBERTO  
GUIMARAES SOUTO:06589235600  
Data: 2024.02.05 20:57:39-03'00'

**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 21/2024 QUE “Autoriza o Poder Executivo a Abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente e dá Outras Providências” de autoria do Prefeito Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

A iniciativa de Leis que solicitem a autorização para abertura de crédito especial é do Executivo Municipal. O projeto demonstra a capacidade orçamentária para a abertura do crédito pretendido, bem como a sua destinação.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 07 de fevereiro de 2024.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 21 /2024**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza O Poder Executivo a Abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente e Dá Outras Providências.**

**I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 05/02/2024 com entrada na Sala das Comissões no dia 07/02/2024.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a abertura de crédito adicional especial, no orçamento corrente, o valor de R\$ 54.300.000,00 (cinquenta e quatro milhões e trezentos mil reais), conforme especificado no quadro demonstrativo, abaixo reproduzido:

<b>Órgão</b>	03 – Prevmoc			
<b>Unidade Orçamentária</b>	03.23 – Prevmoc			
<b>Subunidade Orçamentária</b>	03.23.01 – Previdência			
<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Código</b>	<b>Elemento</b>	<b>Valor</b>	<b>Fonte</b>
Fundo em Repartição	03.23.01-09.272.0078.2323	319001	39.000.000,00	1801
		319003	14.000.000,00	1801
		319091	500.000,00	1801
		319094	10.000,00	1801
		339047	27.000,00	1801
		339086	633.000,00	1801
		339091	100.000,00	1801
		339093	30.000,00	1801
<b>Total</b>			<b>54.300.000,00</b>	

Como fonte para abertura dos créditos adicionais especiais, nos termos do art. 2º do projeto de lei, será utilizado como recurso, a tendência de Excesso de Arrecadação, no Exercício de 2024, da fonte Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição -Plano Financeiro, de acordo com o inciso II, do §1º., e o §3º., ambos do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320/64.

Consta no art. 3º, autorização para o Poder Executivo, suplementar, se necessário, a dotação orçamentária indicada, entretanto.

Convém mencionar que consta no art.4º, que o valor referente à abertura do crédito





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

adicional especial, nos termos autorizados pela presente Lei, não será computada para o cálculo do limite estabelecido no inciso IV, art. 5º, da Lei n.º 5.629, de 15 de dezembro de 2023, que trata do índice de suplementação de 30% (trinta por cento) autorizado na Lei Orçamentária.

Por fim, solicita autorização para incluir nos anexos da Lei n.º 5.400, de 15 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Município para o período de 2022 – 2025 e nos anexos da Lei n.º 5.458, de 23 de junho de 2022, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023, a ação Fundo em Repartição, com seus respectivos valores.

Desta forma, verifica-se que a matéria trata de interesse local, de competência exclusiva do Executivo, por versar sobre questões financeiras e orçamentárias, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais e constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 2024

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice\_Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 21 /2024**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza O Poder Executivo a Abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente e Dá Outras Providências.**

**I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída às Comissões em 05/12/2024, com entrada na Sala das Comissões no dia 07/02/2024.

Após parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, o projeto de lei foi encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, para, nos termos regimentais, manifestar sobre matéria orçamentária e financeira.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a abertura de crédito adicional especial, no orçamento corrente, o valor de R\$ 54.300.000,00 (cinquenta e quatro milhões e trezentos mil reais), conforme especificado no quadro demonstrativo, abaixo reproduzido:

<b>Órgão</b>	03 – Prevmoc			
<b>Unidade Orçamentária</b>	03.23 – Prevmoc			
<b>Subunidade Orçamentária</b>	03.23.01 – Previdência			
<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Código</b>	<b>Elemento</b>	<b>Valor</b>	<b>Fonte</b>
Fundo em Repartição	03.23.01-09.272.0078.2323	319001	39.000.000,00	1801
		319003	14.000.000,00	1801
		319091	500.000,00	1801
		319094	10.000,00	1801
		339047	27.000,00	1801
		339086	633.000,00	1801
		339091	100.000,00	1801
		339093	30.000,00	1801
<b>Total</b>			<b>54.300.000,00</b>	

Como fonte para abertura dos créditos adicionais especiais, nos termos do art. 2º do projeto de lei, será utilizado como recurso, a tendência de Excesso de Arrecadação, no Exercício de 2024, da fonte Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição -Plano Financeiro, de acordo com o inciso II, do §1º, e o §3º, ambos do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320/64.

Consta no art. 3º, autorização para o Poder Executivo, suplementar, se necessário, a dotação orçamentária indicada, entretanto.

Convém mencionar que consta no art.4º, que o valor referente à abertura do crédito





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

adicional especial, nos termos autorizados pela presente Lei, não será computada para o cálculo do limite estabelecido no inciso IV, art. 5º, da Lei n.º 5.629, de 15 de dezembro de 2023, que trata do índice de suplementação de 30% (trinta por cento) autorizado na Lei Orçamentária.

Por fim, solicita autorização para incluir nos anexos da Lei n.º 5.400, de 15 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Município para o período de 2022 – 2025 e nos anexos da Lei n.º 5.458, de 23 de junho de 2022, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023, a ação Fundo em Repartição, com seus respectivos valores.

Nos termos da Mensagem, o Executivo informa que o presente projeto de lei tem por objeto a concessão de autorização para abertura de crédito adicional especial, no orçamento vigente, para possibilitar a implementação da segregação da massa dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social de Montes Claros, atendendo ao disposto na Lei Complementar n.º 117, de 13 de dezembro de 2023, o que será de grande relevância para o equacionamento do Déficit Atuarial do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC.

Ressalta-se que a implementação e manutenção da segregação de massa, bem como sua revisão, deverá observar os parâmetros definidos na Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, a qual fixa, em seu artigo 60, que a segregação da massa deverá ser implementada em até 90 (noventa) dias da data da publicação da lei de sua instituição.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 2024

Presidente: Ver. Wilton Afonso Dias Soares \_\_\_\_\_

Vice\_Presidente: Ver. Valdecy Fagundes de Oliveira \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brito \_\_\_\_\_